



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO SOCIAL: O CASO DO MICROCRÉDITO

SILVA, Cristiana

Mestre em Sociologia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

cristiana.i.m.silva@gmail.com

Resumo

O microcrédito consubstancia-se num instrumento inovador das políticas públicas e sociais no combate aos processos de pobreza e de exclusão social, bem como na intervenção e promoção de processos de capacitação social.

A investigação “*Processos de capacitação social: o caso do microcrédito*” promove a discussão sobre políticas públicas e sociais que visam combater as desigualdades sociais. O objeto de estudo incide sobre os papéis sociais do microcrédito, que consiste num processo de concessão de empréstimos de pequenos montantes económicos, sem exigência de garantias reais, para financiar a iniciativa económica da população excluída do sistema financeiro tradicional. Este instrumento visa impulsionar a geração de rendimento, promovendo melhorias na qualidade de vida da população afetada diretamente pelos problemas sociais da pobreza e exclusão social.

O estudo segue uma estratégia de análise qualitativa, na qual a aproximação ao terreno empírico se procede por via de entrevistas de carácter exploratório a informantes privilegiados e de grupos de discussão com beneficiários do microcrédito.

Da análise surgem um conjunto de considerações sobre as virtualidades e fragilidades do modelo de microcrédito português, que importa discutir e aprofundar, bem como sugestões de novas estratégias de atuação, de forma a incrementar a eficácia e eficiência dos programas de microcrédito portugueses.

Abstract

Microcredit is an innovative instrument of public and social policies against poverty and social exclusion, as well in intervention and promotion of empowerment processes.

The research “*Empowerment processes: the case of microcredit*” foment the discussion about public and social policies against social inequalities. The study object focuses on the social roles of microcredit, which is a process of loans of small amounts, without the requirement of real guarantees, to fund the economic initiative of excluded population from the traditional financial system. Microcredit seeks to boost income generation, promoting improvements in the quality of life of population directly affected by the social problems of poverty and social exclusion.

The research follows a qualitative analysis strategy, in which the approach to the empirical data is carried by exploratory interviews to privileged informants and focus groups with microcredit beneficiaries.

From the research, outcome a set of considerations about the potentialities and weaknesses of the portuguese microcredit model, that matters discuss and develop, and also suggestions of new action strategies, in order to increase effectiveness and efficiency of portuguese microcredit programs.

Palavras-chave: capacitação social; economia social; empreendedorismo; inclusão social; microcrédito.
Keywords: empowerment; entrepreneurship; microcredit; social economy; social inclusion.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O facto do modelo de microcrédito português resultar de um processo de adaptação do modelo originário do Bangladesh à realidade social, demográfica, cultural e económica do nosso país, suscitou o interesse por compreender os tipos de ajustamentos efetuados e as configurações do modelo de microcrédito adotadas pelas instituições sociais e bancárias com programas de microcrédito.

Complementarmente, entendeu-se ser pertinente indagar sobre as virtualidades do modelo de microcrédito português enquanto instrumento de capacitação social, simultaneamente à identificação das suas fragilidades, de forma a compreender as situações em que o instrumento não é eficaz e procurar identificar as causas subjacentes a essas situações, de forma a sugerir novas estratégias de atuação que promovam a eficácia e eficiência do modelo.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Estado-Providência e Terceiro Setor nos Processos de Capacitação Social

Um dos principais fatores impulsionadores da emergência do Estado-Providência em Portugal foi a revolução política de 1974. Com a emergência de um regime democrático e a sua confrontação com as desigualdades fomentadas pelo sistema capitalista, estavam criadas as condições para a constituição do Estado-Providência em Portugal (Rodrigues, 2010, pp. 40).

Todavia, o contexto específico em que surgiu o Estado-Providência português concedeu-lhe certas especificidades que são partilhadas com outros países europeus, nomeadamente os que constituem o modelo social da Europa do Sul. Estes países caracterizam-se *“por terem esquemas de protecção social dualistas, gerando a sobreprotecção dos sectores centrais da força de trabalho e, simultaneamente, níveis rudimentares de protecção para largos sectores da população; por apresentarem uma combinação única entre tradições bismarckianas na segurança social e beveridgianas na saúde; e pelo impacte das práticas políticas e disposições organizacionais nos outputs distributivos”* (Silva, 2002, pp. 39).

O atual contexto socioeconómico tem criado graves problemas de sustentabilidade ao sistema de proteção social destes países e, conseqüentemente, tem diminuído a sua capacidade para investir em políticas sociais, verificando-se uma tendência para o agravamento dos riscos sociais. Devido a esta demonstração de incapacidade do Estado em cumprir o seu papel, a sociedade civil tem desempenhado um papel ativo para dar resposta aos problemas sociais.

O modelo social da Europa do Sul tem-se caracterizado pelo estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, com o intuito de colmatar as lacunas e incapacidades estatais em responder aos riscos sociais das sociedades contemporâneas. No caso português, o Estado tenta compensar a falta de capacidades para dar resposta às questões sociais através do recurso a parcerias com instituições privadas da sociedade civil, que constituem o terceiro setor.

O terceiro setor consubstancia uma alternativa valiosa ao mercado e ao Estado, uma vez que *“O Estado está incapacitado de poder responder a todos os pedidos de apoio que chegam dos vários sectores da sociedade. Este espaço vazio deixado pelo mercado e pelo Estado é preenchido por organizações da sociedade civil”* (Neves, 2010, pp. 36), com fortes potencialidades de contribuir para sociedades socialmente mais justas e coesas.

O crescimento da dimensão do terceiro setor em Portugal está intimamente relacionado não só com o contexto de crise económica e financeira mundial, mas também com as fragilidades do modelo de Estado-Providência construído. Certas necessidades sociais não foram satisfeitas de forma adequada e suficiente pelos privados nem pelo Estado.

O terceiro setor apresenta, assim, um valioso papel estratégico para o desenvolvimento socioeconómico da sociedade portuguesa e europeia, ao gerar criação de emprego, ao promover a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos, ao impulsionar a inovação e fomentar a coesão social, contribuindo, desta forma, para a capacitação social.

O termo «capacitação social», que se consubstancia numa estratégia privilegiada de inclusão social, deriva do conceito de *empowerment*, de J. Friedmann (1996), que corresponde a uma política de desenvolvimento alternativo ao capitalismo que, ao invés de se centrar na obtenção e acumulação de lucros, procura promover a melhoria das condições de vida da comunidade, por via de uma efetiva participação e envolvimento da comunidade local. De acordo com Rodrigues (2010, pp. 85), “*o conceito de empowerment surge como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, para si mesmos e para o meio envolvente. Este processo traduz-se num acréscimo de poder psicológico, sociocultural, político e económico, que permite a estes sujeitos aumentarem a eficácia do exercício da sua cidadania*”.

2.2 Emergência do Microcrédito

O microcrédito, com as características que hoje lhe são associadas, surgiu em 1976, no Bangladesh, pela mão do premiado com o Nobel da Paz, em 2006 – Muhammad Yunus. Professor de economia, Yunus apercebe-se de uma forte injustiça social que assolava o seu país – os empréstimos concedidos por usurários, que reproduziam a situação de dependência económica e pobreza dos mais desfavorecidos. Para adquirirem a matéria-prima dos produtos que fabricavam, as pessoas necessitavam de pedir dinheiro emprestado a usurários, que estabeleciam condições de pagamento bastante rigorosas (impedimento de qualquer tipo de pagamento parcial; era obrigatório vender-lhes o produto do seu trabalho, por um preço estabelecido pelos prestamistas), o que impossibilitava a libertação da condição de devedor, sendo que, na maioria das vezes, viam-se obrigados a ter de pedir novo empréstimo para reembolsar o empréstimo anterior, pelo que só a morte os libertaria desta situação de dependência e pobreza.

Contactando com esta realidade, Yunus refletiu que “Enquanto os pobres estiverem sujeitos aos prestamistas, nenhum programa económico poderá travar o constante processo de alienação dos pobres” (Yunus, 2009, pp. 22). Assim sendo, a única salvação para estes casos seria a obtenção de um crédito que lhes possibilitasse vender os seus produtos no mercado, obtendo uma margem de lucro que lhes permitisse pagar o empréstimo e conservar algum desse lucro para si. O problema é que não havia nenhuma instituição financeira que concedesse empréstimos a pobres, por estes não oferecerem qualquer tipo de garantia e, na ausência desta possibilidade, este negócio estava sob o domínio absoluto dos prestamistas.

Na tentativa de transpor este obstáculo, e verificando que o montante que 42 famílias precisavam era de apenas 27 dólares, o professor decidiu emprestar do seu próprio bolso o valor que estas pessoas necessitavam, para pagar aos intermediários as suas dívidas e vender os seus produtos onde conseguissem melhor preço, sob condições socialmente mais justas (pagariam quando pudessem e sem ter que pagar qualquer tipo de juro). Em pouco tempo, estas famílias pagaram-lhe por completo o empréstimo concedido.

Tendo em conta este cenário, Yunus sentiu que tinha que ser criada uma resposta institucional, onde as pessoas pudessem recorrer sempre que precisassem de obter um empréstimo. Com esse intuito recorreu aos bancos, mas as respostas negativas sucederam-se, devido à ausência de garantias que essas pessoas apresentavam. Deparando-se com a resistência dos bancos, mas sem nunca desistir, Yunus arranja forma de superar o obstáculo – ele próprio passa a ser o fiador dos pobres e, desta forma, estes teriam o tão ambicionado acesso aos empréstimos bancários.

De forma inesperada, o reembolso dos empréstimos por parte das pessoas que não ofereciam garantias ultrapassou os pagamentos dos empréstimos dos que as tinham, estando muito próximo do limite dos 100%. Tal deve-se ao facto dos mais desfavorecidos saberem que esta é a única oportunidade que têm de escapar à pobreza, pelo que se esforçam por cumprir o contratualizado.

2.3 Importação do Modelo de Microcrédito para Portugal

O (re)conhecimento das potencialidades desenvolvimentistas do microcrédito originou a sua disseminação por diversos países em todo o mundo, incluindo Portugal. Assim, o microcrédito surge no contexto nacional no final do milénio passado, relativamente atrasado em relação a outros países europeus, com níveis de desenvolvimento idênticos ao nosso. Em Dezembro de 1998 é fundada a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), instituição sem fins lucrativos, com o estatuto de utilidade pública desde 2004, e pioneira na implementação do modelo de microcrédito em Portugal.

A ideia de fundar a ANDC surgiu da visita a um país nórdico de um conjunto de cidadãos portugueses, a qual lhes possibilitou o contacto com Muhammad Yunus e com a ideia do microcrédito tal e qual como foi concebida pelo professor. Nessa altura, aperceberam-se que havia em Portugal uma lacuna grave na questão do acesso ao crédito por grupos desfavorecidos e na impossibilidade de uma pessoa, que se encontre numa situação de pobreza e exclusão, poder ultrapassar esta situação vulnerável, através do estímulo da iniciativa económica, de forma autónoma, por via da obtenção de um crédito de baixo valor.

Nesse sentido, viram no microcrédito um instrumento que possibilitaria a muitos portugueses dar o pontapé de saída de uma condição de vulnerabilidade social, através da criação do seu próprio emprego e, dessa forma, abandonar uma situação de pobreza e exclusão.

Para avançarem com o programa de microcrédito em Portugal, a ANDC estabeleceu relações de parceria com o Banco Comercial Português (atual Millennium BCP) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), uma vez que a criação da ANDC não foi no sentido de conceder crédito a quem não tinha acesso ao mesmo na banca tradicional, à imagem do que aconteceu no Bangladesh, com a criação do Banco Grameen.

A importação do modelo de microcrédito para o contexto nacional obrigou a que se introduzissem alguns ajustamentos ao programa original, devido às especificidades locais e aos divergentes níveis de desenvolvimento que caracterizam estes dois mundos – ocidental e oriental. Assim sendo, um dos aspetos que sofreu alterações tem que ver com a forma de vencer o problema de risco moral. No Bangladesh, este era ultrapassado por via da constituição de grupos e da promoção da lógica de solidariedade entre os seus membros. O mesmo não acontece em Portugal, dado que, no nosso contexto social, a pressão comunitária funciona com menos eficiência, não surtindo, por isso, os mesmos efeitos.

Para superar a questão do risco moral, em Portugal criou-se a figura do técnico de microcrédito, que acompanha em proximidade o desenvolvimento do negócio do microempresário, durante o período em que este se encontra a pagar o empréstimo, e constrói com o microempreendedor uma relação de confiança (André; Abreu, 2006, pp. 136-137).

O papel desempenhado pelo técnico de microcrédito é fundamental para que uma parcela da população portuguesa tenha acesso ao crédito. O facto de se comprometerem a acompanhar o microempresário nos primeiros anos dos seus negócios, a zelar pelo cumprimento do pagamento da dívida contraída, assim como a constituição de um fundo de garantia passível de ser mobilizado em caso de incumprimento, fornece algumas garantias e segurança ao sistema financeiro que, de outra forma, não confiaria nestes indivíduos (André; Abreu, 2006, pp. 137). Todavia, importa salientar que se não existissem garantias financeiras – neste caso da ANDC (5%) e do fiador (20%) – os bancos não lhes concederiam o empréstimo.

2.4 Programa de Microcrédito da ANDC

Para que o crédito possa ser considerado um microcrédito, não basta que seja emprestado um pequeno valor monetário. Para ter a designação de microcrédito tem que, adicionalmente, destinar-se a pessoas que não têm acesso ao crédito bancário normal e desejam realizar um pequeno investimento para a criação de um negócio, através do qual pretendem criar o seu próprio emprego. O acesso ao microcrédito destina-se,

exclusivamente, a pessoas que não tenham acesso ao crédito bancário normal, não possuam incidentes bancários ativos e que estejam desempregadas ou numa situação profissional instável.

O papel que a ANDC desempenha é o de intermediário entre o candidato ao microcrédito e a banca. O trabalho que desenvolve consiste em servir de elemento facilitador de crédito a quem, de outra forma, não teria acesso ao mesmo, junto da banca, que de outra forma não considerava estarem reunidas as garantias necessárias para confiarem esse crédito a estas pessoas.

O principal objetivo da instituição consiste na promoção da autonomização e inclusão social de pessoas desfavorecidas e excluídas, por via da iniciativa económica. A ANDC desempenhou a importante função de ser pioneira em proporcionar que pessoas excluídas do crédito bancário, por não serem detentoras de garantias, obtivessem um crédito para criarem o seu posto de trabalho.

O microcrédito pretende ser, sobretudo, um instrumento de facilitação do crédito junto da banca, para quem não tem, de outra forma, acesso ao crédito bancário normal. Essa facilitação do acesso ao crédito é pensada com o objetivo específico de ajudar essas pessoas a encontrar meios financeiros para avançarem com a sua própria iniciativa económica, de forma a conseguirem pôr fim a uma situação de pobreza e exclusão social, por via da criação de mais-valia económica.

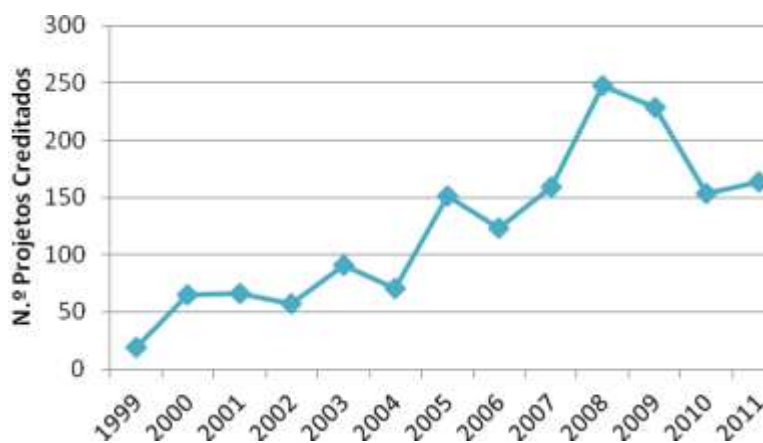


Figura 1. Evolução do n.º projetos creditados (1999 – 2011). ANDC, 2012

Desde a fundação da ANDC até ao ano de 2011 já foram creditados 1.594 projetos de negócios. A grande maioria dos projetos de negócio foi creditada a partir do ano de 2005, Ano Internacional do Microcrédito, pois é a partir deste ano que o microcrédito ganha maior notoriedade e mediatismo nos meios de comunicação social, levando à maior difusão do seu conhecimento, ao incremento da sua procura e à emergência de novos programas de microcrédito, dinamizados não só por entidades do terceiro setor, mas também por instituições bancárias. Além disso, também é a partir de 2005 que a crise no mercado de trabalho se começa a agudizar e a taxa de desemprego começa a atingir níveis preocupantes, sendo o microcrédito utilizado, por muitos, como um instrumento profícuo no combate ao desemprego e a condições de vida vulneráveis.

Por outro lado, há uma inversão da tendência do número de projetos creditados, que começam a decrescer a partir de 2008. Tal deve-se, principalmente, a dois fatores: primeiro, devido às dificuldades de financiamento dos bancos, levando-os a limitar o acesso ao crédito bancário; em segundo, devido à diminuição da procura, na medida em que a atual conjuntura económica faz com que os indivíduos se retraiam em investir num projeto de criação de um negócio próprio, que acarreta sempre riscos de insucesso.

Ademais, o valor global dos créditos concedidos já alcançou quase 9.000.000€, sendo que a maioria desse montante destinou-se a creditar os projetos aprovados a partir de 2008, que representam cerca de 49% do total de projetos creditados, o que revela que a tendência parece ser a do valor médio dos créditos ir aumentando com o avançar dos anos, apesar do decréscimo do número de projetos creditados.

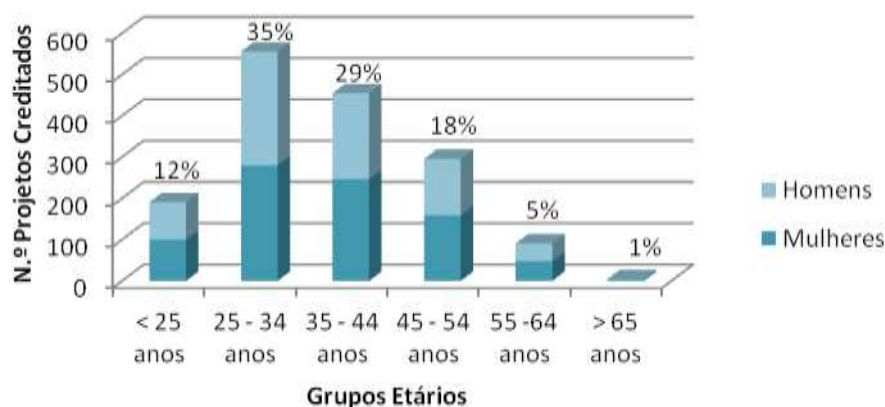


Figura 2. Distribuição dos projetos creditados, por grupo etário e género. ANDC, 2012

No que concerne à distribuição dos microempresários por género, verifica-se uma ligeira preponderância do sexo feminino no total histórico de empréstimos concedidos pela ANDC (cerca de 52%). Os resultados ficam bastante aquém das elevadas percentagens de beneficiários do género feminino do Bangladesh, por exemplo, onde a taxa ronda a casa dos 90%. Tal pode ter origem na não determinação da ANDC de que a maioria dos beneficiários do microcrédito têm que ser mulheres, como acontece noutros países, mas também pode estar relacionado com a inexistência de uma cultura promotora da iniciativa económica por conta própria, ainda mais por parte de mulheres, cujo papel social tradicional na sociedade portuguesa está bastante ligado à realização, em exclusivo, das tarefas domésticas e familiares.

Relativamente à distribuição dos microempresários por grupo etário, verifica-se uma preponderância de beneficiários com idade igual ou inferior a 44 anos de idade, em ambos os géneros, o que permite concluir que são as pessoas mais jovens as principais solicitadoras deste produto. Na base disto parece estar a tentativa de adquirirem autonomia económica e de promoverem a sua inserção no mercado de trabalho. Como se sabe, a taxa de desemprego dos jovens é, atualmente, bastante elevada e o recurso ao microcrédito é visto, por muitos, como uma oportunidade de desenvolverem uma atividade económica, que lhes traga uma fonte de rendimento sustentável e duradoura.

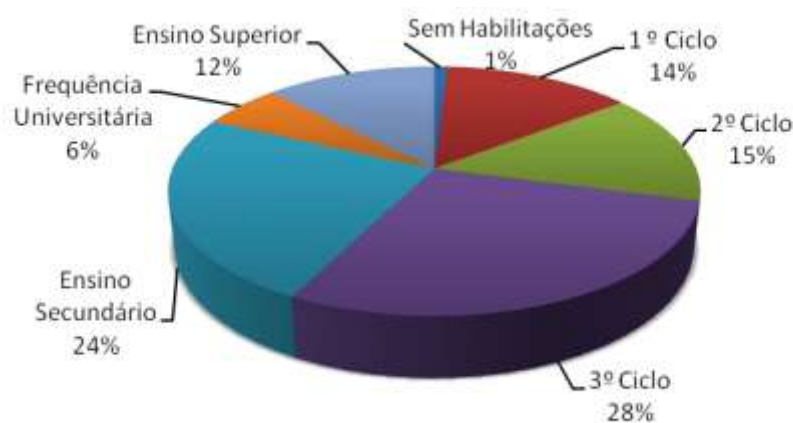


Figura 3. Distribuição dos projetos creditados, por habilitações literárias. ANDC, 2012

Em relação às habilitações literárias, constata-se que o nível de ensino com maior representatividade é o 3º Ciclo (28%), seguido do Ensino Secundário (24%). Os microempresários sem qualquer tipo de habilitações

literárias correspondem apenas a 1% dos casos, sendo na sua esmagadora maioria (87%) do sexo feminino, e os que frequentam/frequentaram ou já obtiveram habilitações de Ensino Superior representam 18% do total de beneficiários da medida. Deste modo, verifica-se que cerca de 70% dos indivíduos que se candidatam ao microcrédito para criarem o seu próprio negócio têm, no mínimo, o 3º Ciclo do Ensino Básico, e isso, à partida, dota-os de competências e capacidades basilares para que o seu negócio singre neste mercado tão competitivo, sendo, por isso, um fator importante para o sucesso do projeto de negócio.

3. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa adotada recaiu sobre uma abordagem de natureza qualitativa. O carácter iminentemente exploratório e compreensivo da pesquisa incitou a uma análise intensiva e em profundidade do fenómeno. Assim sendo, circunscreveu-se o campo empírico a um estudo de caso – a ANDC. A opção pela ANDC deveu-se, fundamentalmente, ao facto de ter sido a instituição pioneira do microcrédito em Portugal.

Uma vez que a temática da investigação é uma área de estudo ainda pouco explorada pelas ciências sociais, sentiu-se necessidade de colmatar esta escassez de literatura científica sobre o campo de estudo com a realização de entrevistas exploratórias a atores que, por exercerem atividades profissionais diretamente relacionadas com a área de estudo (técnicos de microcrédito), se revelaram informantes privilegiados.

Por sua vez, o *focus group* foi o instrumento metodológico central da investigação. Os participantes dos grupos de discussão – beneficiários do microcrédito por intermédio da ANDC – tiveram a oportunidade de expor e discutir as suas ideias e experiências sobre o recurso a este inovador instrumento de intervenção e promoção de processos de capacitação social.

A opção pelo recurso ao *focus group* deveu-se à consideração de que este seria o procedimento metodológico que melhor responderia aos objetivos da investigação, dado que o *focus group* está particularmente associado não só a pesquisas exploratórias sobre temas ainda pouco conhecidos, mas também à procura dos sentidos e à compreensão dos fenómenos sociais, ao mesmo tempo que permite abordar os assuntos com grande profundidade.

As sessões de *focus group* tiveram como objetivos principais a exploração, em profundidade, dos sentidos sociais que os diferentes clientes do programa de microcrédito da ANDC atribuem ao recurso a este produto; a compreensão das formas como o benefício deste produto alterou as condições de vida dos seus beneficiários e respetivos agregados familiares; a identificação de virtualidades e fragilidades do acompanhamento institucional de que beneficiaram; a reflexão de novas estratégias de atuação e áreas de intervenção estratégicas; a recolha de informações que permitissem produzir novo conhecimento e saberes, por via das representações, opiniões e perceções dos membros do grupo, conduzindo, assim, a novas linhas de reflexão; a promoção da reflexão, auto-descobrimento e emancipação dos elementos do grupo, por via da partilha de experiências e pontos de vista.

4. RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

4.1 Criação do Próprio Emprego - Motivações e Adversidades

A opção pela criação do próprio emprego resulta, fundamentalmente, da conjugação de fatores de ordem estrutural – precariedade laboral e vivência de uma situação de desemprego de longa duração – e de fatores de ordem individual – realização pessoal –, mesmo nos casos em que o indivíduo se encontra numa situação vulnerável, como acontece com os beneficiários do microcrédito. É possível enquadrar os casos em que a criação do próprio emprego foi motivada, essencialmente, por questões de ordem estrutural, no empreendedorismo por necessidade, uma vez que se verificou que a opção pela criação do próprio negócio, mais do que uma escolha, visou responder a uma necessidade vivenciada pelos indivíduos, por razões ligadas

a problemas de (re)inserção no mercado de trabalho e, concomitantemente, a dificuldades financeiras. Nestes casos, a iniciativa por conta própria figurou-se como uma alternativa acessível para a melhoria da qualidade de vida.

No que respeita às principais dificuldades que travaram no processo de criação do próprio emprego, os beneficiários do microcrédito destacaram três conjuntos de dificuldades: a falta de competências empreendedoras e de conhecimentos em áreas estratégicas à gestão de negócios; a insuficiência de recursos humanos, que origina a que os beneficiários estejam sobrecarregados com o desempenho das múltiplas funções inerentes à gestão de um negócio, criando-lhes sérias dificuldades quando ocorrem situações que os impedem de exercer a sua atividade profissional; e a carência de capital económico e os pesados encargos económicos e financeiros a que os microempresários estão sujeitos.

4.2 Evolução dos Negócios – Problemas de Sustentabilidade e o Recurso ao Apoio Familiar

No que concerne à forma como os negócios evoluíram, verificou-se que a falta de rentabilidade dos negócios está na origem não só de que alguns deles não sobrevivessem ao primeiro ano de actividade, mas também a que os que permanecem em funcionamento apresentem algumas dificuldades de funcionamento, devido a questões relacionadas com a preparação do plano de negócios, como a escassez de clientes ou a escolha do espaço do negócio. Aferiu-se, assim, que certos aspetos inerentes à preparação dos planos de negócios foram descurados, o que ocasionou a que esses negócios não tivessem os resultados esperados, deixando, em muitos dos casos, os beneficiários de microcrédito numa situação económica mais vulnerável do que a anterior ao acesso a este benefício.

As debilidades económicas com que os microempreendedores beneficiários do microcrédito se deparam, originam a que estes necessitem de recorrer a outras fontes de apoios, de forma a conseguirem fazer vingar os seus negócios nas alturas de maiores dificuldades. Entre as fontes de apoio a que os beneficiários recorrem, destaca-se o importante apoio do suporte familiar.

Deste modo, constatou-se que os indivíduos que recorrem ao microcrédito para criarem o seu negócio apresentam a necessidade de recorrer ao apoio económico da família para suportarem as despesas das alturas em que o negócio apresenta problemas de sustentabilidade, uma vez que são indivíduos que apresentam carência de capital económico próprio e o montante de microcrédito a que têm acesso não é suficiente para fazer face a estas despesas. Assim sendo, torna-se evidente que indivíduos que careçam deste suporte familiar multiplicam as suas dificuldades em assegurar o funcionamento do negócio nas alturas em que o negócio acesse dificuldades de rentabilidade.

4.3 Impacto Social e Económico da Criação do Próprio Emprego

Ao nível do impacto social da criação do próprio emprego, por via do recurso ao microcrédito, os beneficiários destacaram que sentiram uma diminuição da sua disponibilidade para os encontros sociais com as suas redes de sociabilidades.

No que respeita ao impacto económico, verificou-se que, nos casos de insucesso, a situação económica das pessoas não só não melhorou, como inclusivamente piorou, dado que aumentaram as suas despesas mensais com encargos resultantes da experiência empreendedora.

Por sua vez, nos casos em que os negócios ainda estão em funcionamento, apurou-se, em alguns casos, uma quebra da rentabilidade dos negócios nos últimos tempos, com consequências negativas para a manutenção da qualidade de vida dos microempreendedores. Todavia, noutros casos constou-se que a criação do próprio emprego conduziu à perceção de melhoria das condições de vida do agregado familiar.

4.4 Avaliação da Experiência Empreendedora e do Acompanhamento Institucional – Sugestão de Novas Estratégias de Atuação

Relativamente à avaliação que os beneficiários do microcrédito fazem da experiência de terem recorrido ao microcrédito para criarem o seu próprio emprego, verificou-se que, mesmo nos casos de insucesso, os atores avaliam a experiência como tendo sido promotora de benefícios individuais/psicossociais, nomeadamente no que respeita à aquisição de conhecimentos e competências. Por outro lado, constatou-se que, mesmo nos casos em que os negócios apresentam problemas de rentabilidade, e que, derivado disso, estão a passar por sérias dificuldades económicas, os beneficiários acentuam a oportunidade de realizarem um sonho para avaliarem de forma positiva a experiência.

Por sua vez, foi elemento comum a todos os beneficiários de microcrédito enaltecerem o acompanhamento prestado pela ANDC, por não se esgotar no processo de planeamento do negócio, mas prolongar-se ao longo dos primeiros tempos de atividade.

A par disso, e partindo da experiência particular de cada um, os beneficiários identificaram como aspetos a serem melhorados no serviço prestado pela ANDC, a promoção de sessões de partilha de experiências entre os beneficiários do microcrédito, de ações de formação em áreas estratégicas à gestão de negócios e do estabelecimento de parcerias entre beneficiários de ramos complementares.

4.5 Perfis-Tipo dos Beneficiários do Microcrédito

Os dados recolhidos na investigação permitiram traçar dois perfis-tipo de beneficiários do microcrédito.

O primeiro perfil-tipo é composto por indivíduos com idades superiores a 40 anos, que detêm longos anos de experiência profissional, mas apresentam baixas qualificações e habilitações, pelo que, ao depararem-se com uma situação de desemprego inesperada, muitas das vezes consequência de despedimentos coletivos, encontram graves dificuldades e entraves no seu processo de reinserção profissional, pelo facto de serem detentores de fracas competências profissionais e idades relativamente avançadas. Ademais, muitas das vezes são beneficiários de prestações sociais – subsídio de desemprego ou, inclusivamente, Rendimento Social de Inserção –, o que demonstra a particular situação de fragilização social em que se encontram.

Já o outro perfil-tipo incorpora indivíduos de um escalão etário mais jovem, com idades compreendidas entre os 20 e 35 anos, e que ao contrário do perfil anterior, são detentores de elevadas qualificações e habilitações literárias, mas apresentam pouca ou nenhuma experiência profissional, pelo facto de estarem no início da sua carreira profissional. A par disso, a forte precariedade e instabilidade laboral leva-os a procurarem uma alternativa que lhes permita adquirir independência financeira da família.

5. CONCLUSÕES

As principais virtualidades do programa de microcrédito da ANDC prendem-se com o acompanhamento em proximidade totalmente gratuito que é concedido aos beneficiários do microcrédito, quer durante o processo de planeamento do negócio, quer ao longo dos primeiros anos da sua atividade, uma vez que se constatou que se trata de uma ajuda fundamental para indivíduos desfavorecidos que decidem apostar no empreendedorismo. Por outro lado, a oportunidade criada pelo programa é outra das suas virtualidades, dado que sem a sua existência, indivíduos que se encontram numa situação social e economicamente vulnerável, não teriam acesso ao empréstimo bancário para criarem o seu próprio emprego.

O microcrédito demonstra ter um enorme potencial enquanto instrumento promotor de processos de capacitação e inclusão social. Contudo, existem aspetos que carecem de particular atenção, na medida em que se apresentam como fragilidades do modelo português. Entre eles está o valor máximo possível do microcrédito, no montante de 10.000€. A análise permitiu constatar que o valor do microcrédito se destina, quase em exclusivo, para investir na aquisição de equipamentos e materiais para montar o negócio, deixando

o beneficiário desprotegido e com pouca capacidade económica para fazer face aos encargos económicos e financeiros a que estão compelidos logo no início da atividade, período em que o negócio ainda não teve oportunidade de gerar rentabilidade económica. Nesse sentido, acredita-se que aumentar o valor para valores próximos do máximo permitido por lei (25.000€), iria dotar os microempresários de maior capacidade económica para fazer face a essas despesas nos tempos iniciais do negócio e, dessa forma, iria contribuir para a evolução positiva do negócio, dado que o endividamento logo no início coloca em causa a sua viabilidade.

Por outro lado, a ANDC surgiu não para conceder crédito, como aconteceu com a Caixa Económica Montepio Geral no séc. XIX, mas antes para funcionar como elemento intermediário entre a banca e o público-alvo do produto. Assim sendo, a ANDC desempenha um papel semelhante ao de um sindicato perante o sistema bancário, ao procurar negociar as melhores condições para a concessão do microcrédito e, inclusive, fica responsável por uma pequena parte do empréstimo, em caso de incumprimento por parte do beneficiário. O facto de não se tratar de uma sociedade financeira de microcrédito, mas sim de uma entidade intermediária entre a banca e o público-alvo, faz com que esteja dependente de terceiros para a aprovação de projetos de negócio, o que por vezes compromete a anuência do empréstimo para um projeto que avaliou e considerou viável.

Além disso, a ANDC não retira qualquer benefício pelos financiamentos que intermedeia com o setor bancário, apesar de desenvolver um trabalho fundamental à banca, ao proceder à preparação e avaliação do projeto e da candidatura ao crédito e de acompanhar a evolução do negócio nos primeiros anos de atividade. Os custos com o serviço de acompanhamento ficam sob o encargo exclusivo da ANDC, que os cobre, fundamentalmente, através dos financiamentos públicos, não tendo os bancos qualquer encargo económico com este trabalho, acabando por apenas beneficiar com o negócio, através dos juros dos empréstimos. Isto é denunciador do que tentaremos demonstrar já de seguida – que o facto de os bancos contratualizarem com o programa de microcrédito da ANDC não se trata de nenhuma política de responsabilidade social, mas antes de uma nova oportunidade de negócio para a banca.

Assim, e no que concerne aos programas de microcrédito da banca, analisámos em particular a rede autónoma de microcrédito do Millennium BCP, que surgiu como parte integrante da política de responsabilidade social da instituição bancária. Todavia, este produto apresenta, a nosso ver, algumas desvantagens face a outros programas de microcrédito, como o da ANDC, nomeadamente no que respeita à taxa de juro praticada. Enquanto que os microcréditos obtidos através desta mesma entidade bancária por intermédio da ANDC apresentam taxas de juro bastante reduzidas (Euribor a 3 meses + 2%), fora do protocolo com a ANDC, a rede autónoma do Millennium BCP pratica juros que chegam, muitas das vezes, aos 19%. Ora tal deve-se, essencialmente, ao facto de o valor a pagar pelos beneficiários do produto não se consignar apenas ao crédito concedido, mas também ao pagamento do trabalho de acompanhamento permanente e em proximidade realizado pelos gestores de projeto aos microempresários, algo que não acontece quando os microcréditos são concedidos por intermédio da ANDC.

A política promovida pelo banco, conhecida por «saldo zero» – com o seu programa de microcrédito a instituição bancária não aspira obter lucros, mas também não pretende ter despesa com a comercialização deste serviço, fazendo com que os beneficiários do produto paguem todos os custos inerentes ao processo de acompanhamento –, não nos parece ser uma verdadeira prática de responsabilidade social, como os próprios reclamam. A lógica de funcionamento do programa baseia-se na premissa de que as oportunidades têm custos e quem beneficia dessas oportunidades deve custear as despesas desse serviço. Desse modo, a lógica de auto-sustentabilidade do serviço suporta a opção por juros que podem chegar aos 19%, o que coloca algumas inquietações. Numa verdadeira política de responsabilidade social, todas as despesas inerentes ao trabalho de acompanhamento e assessoria desenvolvido pelos gestores de projeto deveria de ser custeado por via dos lucros que o banco obtém através dos outros produtos que comercializa na banca tradicional, e não pelos clientes do programa de microcrédito, que se caracterizam por vivenciarem situações vulneráveis, tanto a nível social como económico. As elevadas taxas de juro, onde mais do que o valor do empréstimo está implícito o custo do acompanhamento de que beneficiam, colocam em causa a inserção destes produtos nas políticas de responsabilidade social das entidades bancárias com programas de microcrédito. Quando muito,

a responsabilidade social está presente na renúncia à margem de lucro subjacente à comercialização do produto, nada mais.

Ademais, suscita alguma inquietação o facto de os bancos parceiros da ANDC terem criado o seu próprio programa de microcrédito, mas mantendo a parceria. Esta situação coloca dúvidas sobre o papel dos bancos enquanto parceiros ou concorrentes da ANDC, dado que os produtos pertencem ao mesmo setor de mercado.

Por outro lado, a inexistência de outros produtos de microfinanças, para além do empréstimo de capital económico, traduz-se numa outra debilidade do modelo de microcrédito português. Ao contrário do que acontece noutros países europeus, não existem outros produtos financeiros que procurem intervir sobre outras dimensões sociais – saúde, educação, entre outras.

Relativamente às políticas nacionais que têm sido implementadas para promover o microcrédito em Portugal, verifica-se que ficam ainda aquém das políticas praticadas noutros países europeus. Tal deve-se, entre outros fatores, à ausência de um regime jurídico do microcrédito não bancário, o que impossibilita que instituições não bancárias possam conceder microcréditos. De igual modo, a inexistência de um estatuto jurídico do microempresário, que o proteja em casos de desemprego ou de doença, bem como um regime fiscal e de segurança social mais favorável, são elementos reveladores do nível ainda deficitário das políticas nacionais de microcrédito.

Além disso, o modelo de microcrédito português exclui pessoas endividadas e que tenham problemas bancários ativos, originando a que grande parte das pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica esteja impossibilitada de aceder ao benefício. O que era presumível, e o que acontece noutros países europeus, era que o Estado se assumisse, na parte ou no todo, não como garantia do capital ao banco, mas ao próprio beneficiário do microcrédito. Esta seria, então, uma política que permitiria ultrapassar os bloqueios do mercado financeiro e, desse modo, ampliar o público beneficiário do microcrédito.

Por sua vez, enquanto que em Portugal o modelo de microcrédito envolve a figura do Estado central, noutros países europeus o modelo envolve o poder e as estruturas locais, o que parece mais coerente, visto que as instituições públicas locais são os organismos que melhor conhecem as necessidades do território e da comunidade local, apresentando, por isso, melhores condições para desenvolver esta política de intervenção social. Além disso, a fraca rede de agentes de microcrédito e a sua incapacidade para contemplar todo o território nacional poderia ser potenciada pela celebração de parcerias com instituições da economia social, pelos mesmos motivos que acabamos de referir em relação às estruturas do poder local.

Posto isto, é possível aferir que o microcrédito em Portugal não se traduz numa política social de primeira instância. Concetualmente é-o, mas na prática constatamos que estamos mais na presença de um novo modelo de negócio para as entidades bancárias, do que propriamente de uma política pública que visa atenuar os níveis de desigualdade e de vulnerabilidade social, na medida em que os bancos emprestam capital económico porque existe uma grande garantia de retorno (25% do empréstimo é garantido pela ANDC e pelo fiador), o que faz com que a margem de risco acabe por ser reduzida.

Tendo em atenção estes aspetos analíticos, considera-se oportuno sugerir novas estratégias de atuação, de forma a incrementar a eficácia e eficiência do modelo de microcrédito português. Nesse sentido, sugere-se a promoção de ações de formação em áreas estratégicas à gestão de negócios, de forma a capacitar o perfil empreendedor do beneficiário e, concomitantemente, incrementar as capacidades de sucesso e sustentabilidade do negócio. Reveste-se de igual pertinência o fomento de acordos de cooperação com instituições públicas e privadas locais, por se tratarem de agentes privilegiados na identificação das necessidades do território e da comunidade local, exercendo, simultaneamente, um importante papel na divulgação do microcrédito junto da população-alvo.

Por sua vez, o fomento de relações de parceria entre os próprios beneficiários de microcrédito seria algo a valorizar, uma vez que, dessa forma, beneficiários com negócios em áreas distintas mas complementares estariam a ajudar-se mutuamente e a contribuir para o sucesso dos seus projetos. Ademais, a organização de sessões periódicas de partilha de experiências entre beneficiários do microcrédito seria benéfico para os mesmos, uma vez que teriam a opinião de indivíduos que, possivelmente, passaram pelos mesmos problemas

e os poderiam aconselhar melhor do que qualquer outra pessoa. Também nos parece que o período de carência inicial não deveria ser estandardizado, mas antes definido tendo em consideração a necessidade de criar uma pequena «bomba de oxigénio» inicial, que varia muito de caso para caso. Por fim, a diversificação dos produtos financeiros inseridos nas microfinanças seria outra das formas de incrementar a eficiência e eficácia do modelo de microcrédito adotado no nosso país.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDC (2012) – *Súmulas Estatísticas*. Recuperado em 6 de maio, 2012, de <http://www.microcredito.com.pt/estatisticas.asp>

André, Isabel; Abreu, Alexandre (2006) – *Dimensões e espaços da inovação social*. Recuperado em 18 de fevereiro, 2011, de http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf

Friedmann, John (1996) – *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-50-8.

Neves, Cláudia (2010) – As potencialidades da economia social para a geração de emprego e realização pessoal. In *Dirigir*, nº 109, p.36-39.

Rodrigues, Eduardo Vítor (2010) – *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1056-7.

Silva, Pedro Adão e Silva (2002) – O modelo de welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º38, Lisboa, p. 25-59.

Yunus, Muhammad (2009) – *O banqueiro dos pobres – o microcrédito e a luta contra a pobreza no mundo*. 6ª ed. Lisboa: DIFEL. ISBN 978-972-29-0910-5.